Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 07

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

---

Ponto 1. Apreciação e Votação da Modificação Objetiva ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências;----------

Ponto 2. Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal 2026;----------

Ponto 3. Apreciação e Votação da Proposta nº 65/2026 referente ao Contrato de Cedência Temporária entre o Município do Porto e a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória do prédio sito na Rua São Bento da Vitória, com entrada no nº 62, bem como referente ao Contrato de Cedência Temporária entre esta União de Freguesias e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, que tem o mesmo prédio como objeto; ----------

Ponto 4. Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida e situação financeira da Autarquia. ----------

---

Verificaram-se as seguintes presenças: ----------

P S – José Luís Ferreira Rodrigues da Silva, Joana Maria de Almeida Pereira Vilela, António José dos Reis Ferreira, Hugo Manuel Ribeiro Gomes, Valentina do Amparo Baptista Rodrigues Gonçalves Almeida e Ana Maria Miguéis Martins e Sá. ----------

---

O PORTO SOMOS NÓS – João Pedro Rocha Videira, José Manuel Borregana Meireles, Susana Machado Estácio Marques, Manuel Cardoso Monteiro, Ricardo Alberto da Fonseca Gouveia, Maria João de Freitas Arriscado Nunes e Ricardo Jorge Loureiro Baptista. ----------

---

LIVRE – Daniel de Sousa Gonçalves. ----------

CDU – Ana Margarida da Silva Almeida. ----------

CHEGA – Sara Isabel Rocha Freitas da Silva ----------

FAZER À PORTO – José Alexandre Cordeiro de Melo Teixeira ----------

---

BLOCO DE ESQUERDA – Miguel Albergaria Furtado Semedo ----------

Faltas: ----------

PS – Ana Sofia Pinto Barbosa, substituída por Joana Maria de Almeida Pereira Vilela. ----------
A Deputada Ana Sofia Carvalho Santos, apresentou renúncia ao seu mandato. Não houve nenhuma Tomada de Posse. Nesta sessão, foi substituída por Hugo Manuel Ribeiro Gomes. ----
Deputados que pediram substituição e que apresentaram justificação: ----------
PS – Luís Miguel Pereira da Silva. ----------
Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Madalena Cristina Von Hafe Garcia (Vogal Secretária), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Vogal Tesoureiro) e os Vogais Ângela Maria Fangueiro Cintra e Gonçalo Marques Pereira Soares Barbosa. ----------
Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes, uma vez que existia quórum declarou aberta a sessão. Estiveram presentes 18 elementos. ----------
Informou das substituições e informou que a deputada Ana Sofia Carvalho Santos comunicou a sua renúncia, estando anexado a esta ata com o nº 1, não havendo tomada de posse pelo suplente que também não pediu substituição e em sua representação está presente Hugo Manuel Ribeiro Gomes. Informou que há três atas para votação. Ata nº 4 de 28 de abril de 2026, aprovada por unanimidade dos presentes na referida assembleia. Ata nº 5 de 14 de maio de 2026 – continuação da sessão ordinária da assembleia de freguesia de 28 de abril de 2026, aprovada por unanimidade dos presentes da referida assembleia e a ata nº 6 de 25 de junho de 2026 também aprovada por unanimidade dos presentes da referida assembleia. ----------
Entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao Público, tendo-se inscrito a Dona Fátima Peixoto e Maria de Oliveira Carvalho. ----------
Fátima Peixoto – Disse que estava ali por causa da habitação, tem uma ordem de despejo para março e faz três anos que concorre tanto para a Domus Social, SRU, Porto Vivo e IHRU e não obtém respostas. Pede ajuda. Depois informa que está com problemas com o senhorio sofre de assédio moral e psicológico, foi-lhe desligada a campainha e o intercomunicador e o fecho de um postigo e ainda a porta da rua fechada às chaves para impedir de receber visitas. Precisa muito de ajuda tem 70 anos. ----------
Presidente da AF – Lamentou a situação e disse que a mesa não pode fazer nada em relação a essa situação e que o executivo da Junta regista essa preocupação. ----------
Maria de Oliveira Carvalho – Começou por dizer que tinha 87 anos e nasceu na Banharia e foi para Gaia e regressou ao Porto, o pai é muito conhecido era o Manuel Carvalho tocava viola com a Amália. Falou do Mercado São Sebastião que acabou foi ter com o Presidente da Junta a pedir a arrecadação no Largo da Rua Escura para guardar as coisas. O Presidente respondeu que não podia e que nem era para ela nem para ninguém, não podia ser alugado. Não era para vender, mas para guardar as coisas. Depois pediu os quartos de banho na Rua Escura, mas foi dado a outras pessoas que nem moram lá e usam como arrecadação. E ela só queria vender uns paninhos. Soube que ele deu a arrecadação a outras pessoas, quando tinha dito que não era para ela nem para ninguém. ----------
Presidente da AF – Deu por terminado o tempo do público e informou que havia dois votos de pesar, um do PS pelo falecimento do Eng. Nuno Magalhães Cardoso, que foi Presidente da Câmara Municipal do Porto, e outro da CDU pelo falecimento do jornalista José Viale Moutinho. ----------
Valentina Almeida (PS) – Interveio para ler os votos de pesar pelo falecimento do Engenheiro Nuno Magalhães da Silva Cardoso, documento anexado a esta ata com o nº 2 ----------
Presidente da AF – Presidente informou que vai ser dada a palavra à CDU para o outro voto de pesar e no final será dada a palavra aos membros e a votação para os dois votos de pesar. ------

Margarida Almeida (CDU) – Interveio para ler votos de pesar pelo falecimento do Jornalista José Viale Moutinho, documento anexado a esta ata com o nº 3. ----------
Presidente da AF – Perguntou se algum deputado queria intervir, como ninguém quis passou à votação dos votos de pesar. ----------
Votos de pesar por falecimento de Nuno Magalhães da Silva Cardoso aprovado por unanimidade. ----------
Votos de pesar por falecimento de José Viale Moutinho, aprovado com maioria, e uma abstenção do CHEGA. ----------
Foi cumprido um minuto de silencio em memória destes cidadãos. ----------
Deu início ao período tempo dos agrupamentos políticos. ----------
Daniel Gonçalves (LIVRE) – Disse que para o Livre todas as vidas humanas valem o mesmo sendo isso fundamental na democracia e nos direitos humanos. Mencionou uma proposta rejeitada em outra assembleia sobre segurança rodoviária, há algumas zonas acesso automóvel condicionado, embora essas zonas existam há um afluxo de automóveis e até com velocidade superior ao permitido. Há também passadeiras mal sinalizadas ou atém sem sinalização e os atropelamentos são constantes, sendo que na cidade do Porto o volume de atropelamentos é anómalo. ----------
Presidente da AF – Informou que há algumas moções que passariam agora a ser debatidas. ----
Daniel Gonçalves (LIVRE) – Disse que não iria ocupar muito tempo, deduzia que os deputados tivessem lido as propostas e moções e que propõe constituir uma comissão de acompanhamento tanto para o Orçamento Colaborativo como para o plano. Fica anexo a esta ata os dois documentos com o nº 4 e 5. ----------
Miguel Semedo (BE) – Leu a proposta de recomendação "Pela Efetiva Salvaguarda do Património Classificado no Centro Histórico", fica anexo a esta ata com o nº 6. ----------
Margarida Almeida (CDU) – Leu resumidamente a proposta de recomendação Sobre Reuniões da junta de Freguesia anexado a esta ata com o nº 7. Passou depois a resumir a proposta sobre a situação da Casa onde nasceu Almeida Garrett, anexado a esta ata com o nº 8. ----------
Presidente da Junta – Pediu desculpa pelo atraso. Sobre as propostas da criação de comissões de acompanhamento, o deputado é livre, a assembleia é livre de decidir e ele como executivo tem a competência de tratar dos processos dos orçamentos e não irá deixar a comissão interferir nos processos. Salienta que esta Junta é a que mais projetos apoia. Sobre as atas e minutas é o responsável por não serem colocadas atempadamente, mas já está a ser resolvida essa falha. Sobre as transmissões online, há o parecer jurídico e por isso não há necessidade de outro parecer. ----------
José Meireles (PSN) – Pede um esclarecimento em que rubrica regimental, o Sr. Presidente da Junta usa da palavra para comentar sobre qualquer moção. ----------
Presidente da AF – Responde que o artigo nº 16 alínea nº 5 "Conceder a palavra por mínimo de 3 minutos a cada inscrito e dar a palavra ao presidente e votar as propostas e moções". -----
Ricardo Baptista (PSN) – Referiu que tendencialmente é a favor das moções do Livre, mas como se desconhece se no futuro vai haver o orçamento colaborativo e o fundo de apoio ao associativismo, é prematuro estar a votar nessas moções. ----------
Daniel Gonçalves (LIVRE) – Desafia o presidente a indicar frase ou palavra onde há algum tipo de acusação, porque não existe. ----------
Miguel Semedo (BE) – Disse que o BE acompanha as propostas do LIVRE e da CDU. A criação de comissões de acompanhamento dos processos da Junta no Fundo de Apoio ao Associativismo e ao orçamento colaborativo são positivas para transparência e clareza dos processos. Sempre foi dito que a Assembleia deveria ter uma palavra a dizer em relação ao

regulamento dos concursos. E acha estranha a reação do Presidente da Junta. Porque não se trata de fiscalizar, mas também acompanhar, apoiar e tornar mais eficaz e transparente. Tem confiança na idoneidade do júri. ----------
Presidente da Junta – Disse que se o deputado acha que o júri está a fazer um bom trabalho, porque querem fazer escrutínios, diz que vai deixar claro que podem criar as comissões que quiserem que não vai deixar que os deputados acompanhem o processo. ----------
Miguel Semedo (BE) – Disse que fica registado que tudo que é votado em assembleia de freguesia, aprovado ou rejeitado não interessa nada para o Sr. Presidente. ----------
Presidente da Junta – Diz ao Sr. deputado que há separação de poderes, o poder deliberativo e o poder executivo. O deliberativo pode fiscalizar o trabalho do executivo, mas não o vai fazer com o trabalho com o executivo. E ele está a exercer o direito democrático, tem direito porque ganho as eleições. ----------
Ricardo Baptista (PSN) – Disse que viu o artigo 16 não encontra a alínea 5, e onde isso é possível é o artigo 24 que diz que o presidente pode responder a perguntas colocadas pelos deputados. ----------
Presidente da AF – Respondeu ao Deputado que a alínea a nº 1 do artº 16 deste regimento publicado diz o seguinte: "Em cada sessão ou reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, há um período antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos para: alínea a tratamentos de assuntos gerais de interesse para a freguesia pelos membros da assembleia, presidente da junta e ou seu representante. ----------
Miguel Semedo (BE) – Disse não ter percebido a onde ou como ofendeu a honra. Apenas há divergência política. Quanto à questão de estudar quem deve fiscalizar, quem deve executar, não é uma questão de direito, o que lhe falou, mas sim uma opção política. ----------
Daniel Gonçalves (LIVRE) – Disse a instar a coligação do PSN a votar favoravelmente à proposta do Livre. Falou sobre a Sé relativamente aos Jardins do Seminário Maior, houve uma petição que pediu à Câmara um travão à construção de um hotel no Morro da Sé. Embora propriedade privada, mas ultrapassa o sentido de propriedade, até pelo valor ambiental. -------
Ana Migueis (PS) – Diz não saber se não uma confusão entre moção e proposta, queria ser esclarecida. E perguntar ao deputado do PSD como tem a certeza ou porque tem dúvida se vai haver orçamento participativo e o fundo de apoio ao associativismo. ----------
Presidente da AF – Esclareceu a deputada que estavam a discutir o período antes da ordem do dia. ----------
Ricardo Baptista (PSN) – Disse acharem estar fora de tempo aprovar propostas para a criação de uma comissão quando não se sabe se no próximo ano haverá o orçamento colaborativo e associativismo. ----------
Daniel Gonçalves (LIVRE) – Disse não haver anomalia na proposta a não ser uma questão de semântica. ----------
Presidente da AF – Leu a alínea b nº 1 do artº 16 "Apreciação e votação de propostas, elaboradas pela mesa, pela assembleia ou pela Junta". ----------
Valentina Almeida (PS) – Percebeu que o deputado Ricardo Baptista falou de moções e o que estão a falar é de propostas. Sabe que há algumas falhas e o sr. Presidente da Junta já se justificou sobre as reuniões da junta. Pede que seja votado favoravelmente no ponto de ordem sobre a criação de dois postos de trabalho de técnico superior. ----------
Margarida Almeida (CDU) – Questionou a legalidade de alguns procedimentos nas reuniões da Junta de Freguesia, nomeadamente: Introdução de novos pontos na ordem de trabalhos. Participação de membros por videoconferência. Falta de divulgação de documentação e informações no site. Referiu ainda que, segundo o seu entendimento, a possibilidade de

participação por videoconferência deixou de estar prevista após o período da pandemia. Eventuais consequências destes procedimentos para a validade das deliberações. ----------
Presidente da Junta – Falou do trabalho desenvolvido pelo executivo, argumentando que as necessidades da Junta justificam a introdução de assuntos nas reuniões. Acrescentou que existem pareceres jurídicos a sustentar os procedimentos adotados e desafiou os deputados a recorrer às entidades competentes caso considerem existir irregularidades. ----------
Margarida Almeida (CDU) – Solicitou que fossem disponibilizados os pareceres jurídicos mencionados pelo presidente, bem como os relatórios. ----------
Presidente da AF – Deu por terminado o período antes da ordem do dia e passou as votações das propostas. ----------
Constituição de uma Comissão de acompanhamento para a edição de 2027 do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense obteve o seguinte resultado: Votos a favor: 4. Abstenções: 8. Votos Contra: 6. Esta Proposta foi rejeitada. ----------
Constituição de uma Comissão de Acompanhamento para a edição de 2027 do Orçamento Colaborativo obteve o seguinte resultado: Votos a favor: 5. Abstenções 7. Votos contra: 6 Esta Proposta foi rejeitada. ----------
Pela Efetiva Salvaguarda do Património Classificado no Centro Histórico obteve o seguinte resultado: Votos a favor: 4. Abstenções: 8. Votos Contra: 6. Esta Proposta foi rejeitada. ----------
Sobre reuniões da Junta de Freguesia obteve o seguinte resultado: Votos a favor: 7. Abstenções: 3. Votos contra: 8. Esta Proposta foi rejeitada. ----------
Sobre a situação da casa onde nasceu Almeida Garrett obteve o seguinte resultado: Votos a favor: 8. Abstenções: 1. Votos Contra: 9 Esta Proposta foi rejeitada. ----------
Presidente da AF – Deu inico ao período da ordem do dia, sendo o ponto nº1 Apreciação e Votação da Modificação Objetiva ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. ----------
Presidente da Junta – Apresentou uma proposta relativa a um aumento de 3% do contrato interadministrativo celebrado com a Câmara Municipal do Porto. Explicou que o aumento já tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal e que faltava a deliberação da Assembleia de Freguesia. ----------
Margarida Almeida (CDU) – Começou por referir que, em meados do corrente ano, o novo executivo da Câmara Municipal do Porto havia dado a entender que estaria em estudo um modelo alternativo ao contrato interadministrativo, criado em 2015. Considerou, por esse motivo, que seria importante conhecer, nesta fase, o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos, de modo a evitar eventuais dificuldades a partir do próximo mês de janeiro. Recordou que, em fevereiro, a CDU havia suscitado três questões relativamente a esta matéria, destacando, pela sua importância, a necessidade de elaboração de um documento estratégico que pudesse ser apresentado e apreciado pela Assembleia de Freguesia. Esse documento deveria contemplar soluções adequadas para garantir, em quaisquer circunstâncias, o normal funcionamento da autarquia e a continuidade dos serviços prestados à população, nomeadamente na eventualidade de o atual contrato vir a ser eliminado ou substituído por outro instrumento que se revelasse insuficiente para assegurar as necessidades existentes. Neste sentido, solicitou que o executivo prestasse informações sobre esta matéria. Questionou a forma como a Assembleia de Freguesia, enquanto órgão competente para autorizar a celebração do contrato, seria informada e poderia acompanhar a respetiva execução. A este propósito, salientou que, apesar dos compromissos anteriormente assumidos, quer pelo atual presidente, quer pelo anterior, bem como dos diversos requerimentos e pedidos verbais apresentados, continuavam por disponibilizar os relatórios

de execução cuja elaboração e apresentação se encontravam previstas no próprio contrato desde a sua celebração. Referiu que, à data, se encontravam em falta 53 relatórios, aos quais acresceria mais um no final do corrente mês, considerando necessário esclarecer esta situação e assegurar que a Assembleia dispusesse da informação indispensável ao exercício das suas competências de acompanhamento e fiscalização. Relativamente à componente financeira, observou que à atualização inicial de 3% da verba prevista no contrato se somava agora um novo reforço de 3%, considerando, ainda assim, que os aumentos concedidos continuavam a ser insuficientes. Acrescentou que, para além da questão da suficiência dos montantes atribuídos, importava conhecer concretamente a aplicação a dar ao reforço financeiro, correspondente a cerca de 26.000 euros, recordando que, na reunião de fevereiro, havia sido referido que o primeiro aumento de 3% se revelava insuficiente. Solicitou esclarecimentos quais os mecanismos ou soluções que poderiam ser adotados caso o atual contrato interadministrativo viesse a ser eliminado, por forma a garantir que a autarquia continuasse a funcionar adequadamente e que não fossem comprometidos os serviços prestados à população. ----------

Presidente da Junta – Esclarece que a gestão da União de Freguesias assenta no trabalho desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal do Porto e com o Estado Central, nomeadamente através do Fundo de Financiamento das Freguesias e do contrato interadministrativo de delegação de competências. Afirmou que não poderia, naquele momento, indicar quais os instrumentos alternativos a que a Junta recorreria caso o contrato fosse eliminado, por considerar que não existiam razões concretas para antecipar tal situação. E a Junta é um parceiro com a CMP na ligação com as pessoas. ----------

Presidente da AF – Passou à votação do ponto nº1 Apreciação e Votação da Modificação Objetiva ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. Aprovado por unanimidade. ----------

Presidente da AF – Deu início ao ponto nº 2 Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal 2026. --

Presidente da Junta – Referiu que, quando iniciou funções, a Junta tinha cerca de sessenta funcionários e atualmente tem aproximadamente cinquenta, apesar de desenvolver muito mais trabalho. Destacou a motivação dos funcionários, a abertura de dois ATL, duas salas de estudo e a realização regular de eventos. Apresentou a proposta de criação de dois postos de técnico superior, sendo um destinado ao reconhecimento de uma coordenadora que, apesar de estar na categoria de assistente técnica, desempenha funções de técnico superior e, entretanto, concluiu uma licenciatura. Quanto ao segundo posto, explicou que a Junta passou de sete para três assistentes sociais, considerando necessário prever uma vaga para uma eventual baixa ou ausência, de forma a manter a equipa com três profissionais. Esclareceu que não pretendia contratar imediatamente outra assistente social, mas garantir essa possibilidade caso fosse necessário. ----------

Alexandre Teixeira (FA) – Disse segundo as informações do presidente, as três técnicas realizaram 412 atendimentos sociais entre dezembro e fevereiro e 207 entre junho e agosto, correspondendo a médias aproximadas de 2,5 e 1,15 atendimentos diários por técnica. Reconheceu que existe trabalho para além dos atendimentos, mas considerou que os números apresentados não demonstravam a necessidade de mais técnicos, podendo indicar um subaproveitamento dos recursos existentes. Quanto à passagem da coordenadora para técnico superior, questionou se existiam outros funcionários licenciados nas mesmas condições e quais os critérios utilizados para justificar a valorização de uma trabalhadora e não de outras. Referiu ainda a existência de técnicos em licença sem vencimento ou deslocados noutras

entidades que poderiam regressar, considerando prematura a criação de mais um posto sem uma justificação clara. ----------

Presidente da Junta – Respondeu que o trabalho das assistentes sociais não se resume aos atendimentos, incluindo a Casa Social, a entrega de cem cabazes alimentares, cerca de quarenta banhos diários a pessoas em situação de sem-abrigo e outras atividades. Reafirmou que não estava prevista uma contratação imediata, mas apenas a possibilidade de substituir uma profissional caso a equipa ficasse reduzida a duas. Quanto à coordenadora, considerou injusto que desempenhasse funções de técnico superior e continuasse a receber como assistente técnica. Acrescentou que a Junta tem mantido uma gestão financeira equilibrada e desenvolve diversas respostas sociais. ----------

Alexandre Teixeira (FA) – Disse que as assistentes sociais não são responsáveis por dar os banhos na Casa Social, reiterando que a sua questão se prendia com o volume de trabalho apresentado nos relatórios. Sugeriu que os próximos relatórios demonstrassem melhor o trabalho das técnicas, permitindo justificar a necessidade de contratação. Quanto à valorização da coordenadora, afirmou nada ter a opor, pretendendo apenas garantir que outros trabalhadores nas mesmas condições tivessem iguais oportunidades, através de critérios transparentes e objetivos. ----------

Presidente da Junta – Esclareceu que as assistentes sociais não dão os banhos, mas são chamadas a intervir em conflitos e no acompanhamento dos utentes, referindo que já ocorreram tentativas de agressão a funcionárias. Reiterou que não podia correr o risco de ficar apenas com duas assistentes sociais, recordando as reformas, situações de mobilidade e licença sem vencimento ocorridas. Concluiu afirmando que a Junta tem apresentado contas certas e uma gestão equilibrada. ----------

Sara Silva (CHEGA) – Referiu que a proposta previa dois postos permanentes de técnico superior, com um custo anual estimado de 54.000 euros. Considerou que a despesa com pessoal, correspondente a 71,8% da despesa executada, justificava uma reflexão sobre a criação de novos postos. Questionou se as necessidades não poderiam ser resolvidas através de mobilidade interna ou contratação de serviços especializados, considerando que faltava um plano de reorganização dos serviços e de sustentabilidade financeira a médio prazo. ----------

Presidente da Junta – Respondeu que os 54.000 euros não correspondiam totalmente a nova despesa, uma vez que uma das funcionárias já se encontrava ao serviço da Junta e já recebia parte desse valor, passando apenas a receber o correspondente às funções desempenhadas. Quanto ao segundo posto, reiterou que não estava prevista uma contratação imediata. Referiu que a União de Freguesias tem apresentado, todos os anos, saldos de gerência na ordem dos 200.000 euros, apesar do aumento das respostas prestadas à população. Destacou novamente a abertura das salas de estudo e dos ATL, afirmando que estes serviços exigem funcionários. Concluiu defendendo a gestão realizada pelo executivo e a necessidade de reconhecer quem trabalha. ----------

Miguel Semedo (BE) – Referiu que o Bloco de Esquerda é favorável à criação dos dois postos, mas compreendia as perguntas colocadas pelo Deputado Alexandre Teixeira. Considerou que poderiam ser necessários mais funcionários na Junta, mas manifestou preocupação com as respostas do presidente relativamente às questões de segurança na Casa Social. Disse que, se existiam problemas de segurança para os funcionários, estes deveriam ser tratados pelo executivo e os trabalhadores devidamente apoiados, não sendo essa uma razão para contratar técnicos de desenvolvimento social. Considerou preocupante a possibilidade de os funcionários estarem expostos a riscos graves e afirmou que essas situações deveriam ser

resolvidas. Acrescentou que os baixos números de atendimentos poderiam resultar do facto de as técnicas estarem a desempenhar outras tarefas para além das suas funções. ----------
Presidente da Junta – Disse que a proposta consistia apenas na criação de dois postos, um para reconhecer o trabalho da funcionária e outro para permitir uma contratação se fosse necessária. Reafirmou que a equipa social estava constituída e que apenas seria necessário contratar outra profissional caso alguma das três assistentes sociais faltasse. Esclareceu que, quando falou dos conflitos na Casa Social, se referia ao trabalho social desenvolvido pelas técnicas, que têm competências para comunicar com os utentes e intervir em situações de conflito. Recordou que a Casa Social também disponibiliza lavagem de roupa, cortes de cabelo, cuidados de higiene e outros serviços, além da entrega mensal de cem cabazes alimentares. Afirmou conhecer o trabalho das funcionárias e considerou que a proposta apresentada correspondia às necessidades da Junta, que, mantém uma gestão séria e equilibrada. ----------
Daniel Gonçalves (LIVRE) – Considerou que as questões levantadas pelo Deputado Alexandre Teixeira tinham fundamento e que mais informação permitiria uma decisão mais bem sustentada. Dirigiu-se à Deputada Sara Silva, fazendo referência à contratação de serviços especializados em alternativa à criação de postos permanentes. Perguntou se essa solução significaria recorrer a empresas ou agências de trabalho temporário, manifestando dúvidas quanto à preferência por serviços externos em vez de trabalhadores com vínculo e salários dignos. ----------
Alexandre Teixeira (FA) – Referiu que o documento do mapa de pessoal previa, no segundo posto, a contratação de uma pessoa com licenciatura em Serviço Social. Considerou, por isso, legítimo questionar a necessidade da contratação, uma vez que o documento apresentava um perfil em licenciatura social. Acrescentou que a Câmara Municipal do Porto utiliza diferentes perfis profissionais nas equipas de resposta social, nomeadamente Serviço Social, Educação Social e Psicologia, questionando por que razão não eram consideradas essas formações. Disse que também não tinha sido esclarecido se existiam outras funcionárias nas mesmas condições da funcionária que vai transitar e se estava prevista a sua passagem para uma carreira superior. ----------
Presidente da Junta – Disse que já tinham sido reconhecidos outros trabalhadores da Junta, nomeadamente assistentes operacionais que passaram para assistentes técnicos. Esclareceu que, naquele momento, não existiam outros funcionários a desempenhar funções de técnico superior nas mesmas condições da coordenadora. Quanto à área social, considerou necessário manter a possibilidade de contratar outra profissional, atendendo à complexidade da União de Freguesias e à existência de população sénior e pessoas que vivem isoladas e necessitam de acompanhamento de proximidade. ----------
Sara Silva (CHEGA) – Esclareceu que, quando falou na contratação de serviços especializados, se referia à possibilidade de contratar pelo tempo que fosse necessário, em alternativa à criação de postos permanentes, como estava previsto na proposta. ----------
Alexandre Teixeira (FA) – Esclareceu que, sendo da área social, valoriza a contratação de profissionais dessa área e não coloca em causa a sua necessidade. Contudo, considerou que os dados disponibilizados pela Junta não demonstravam a necessidade de mais uma técnica superior, recordando a redução de 412 para 207 atendimentos trimestrais e a realização de 65 visitas domiciliárias num trimestre. Disse que a Junta deveria demonstrar, nos relatórios oficiais, a necessidade de reforçar a equipa, caso os dados do trimestre seguinte justificassem essa contratação, estaria disponível para votar favoravelmente. ----------
Presidente da Junta – Disse que estavam em causa duas vagas, uma para reconhecer o trabalho de uma funcionária e outra para contratar alguém caso fosse necessário. Afirmou que

os serviços trabalham bem, mas podem sempre trabalhar mais e melhor, considerando possível aumentar o número de visitas domiciliárias de uma para duas ou três por dia. Disse que a realidade social da União de Freguesias demonstra a necessidade de continuar a melhorar o trabalho desenvolvido. ----------

Presidente da AF – Deu por terminado este ponto e passou à votação, Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal 2026 cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 13, sendo 6 do PS, 1 do LIVRE, 1 da CDU, 1 do BE e 4 do PSN. Abstenções: 5, sendo 3 do PSN, 1 do CHEGA e 1 do FA. Votos contra: 0. Este Ponto foi Aprovado. ----------

Presidente da AF – Passou para o ponto nº 3 da OT Apreciação e Votação da Proposta nº 65/2026 referente ao Contrato de Cedência Temporária entre o Município do Porto e a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória do prédio sito na Rua São Bento da Vitória, com entrada no nº 62, bem como referente ao Contrato de Cedência Temporária entre esta União de Freguesias e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, que tem o mesmo prédio como objeto----------

Presidente da Junta – Disse que se tratava de retificar um contrato anteriormente aprovado pela Assembleia, há cerca de dois anos. Referiu que a Câmara Municipal entendeu ajustar o contrato com a Junta e que esta, por sua vez, teria de ajustar o contrato com o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, onde funciona um centro de convívio ao serviço das pessoas mais necessitadas. ----------

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Questionou o valor acordado pela cedência do espaço, perguntando se tinha sido definido com base no contrato anterior e quais os critérios utilizados para chegar àquele montante, independentemente de ser mais alto ou mais baixo. --

Presidente da AF – Disse que o contrato vinha da Câmara Municipal e que o valor era estipulado por esta. Referiu, que o valor poderia ter passado de 30 para 50 euros, sendo esse o valor aplicado no contrato pela Junta. ----------

Presidente da AF – Informou que ia-se proceder à votação, mas que primeiro iria haver uma breve pausa. Retomando a votação do ponto 3 Apreciação e Votação da Proposta nº 65/2026 referente ao Contrato de Cedência Temporária entre o Município do Porto e a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória do prédio sito na Rua São Bento da Vitória, com entrada no nº 62, bem como referente ao Contrato de Cedência Temporária entre esta União de Freguesias e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, que tem o mesmo prédio como objeto, foi aprovado por unanimidade. ----------

Presidente da AF – Deu início ao ponto 4 da OT: Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida e situação financeira da Autarquia ----------

Presidente da Junta – Referiu que o documento apresentado era apenas para análise e discussão e que os membros da Assembleia tinham tido tempo para o consultar. Acrescentou que poderia falar sobre o trabalho desenvolvido, mas, atendendo ao adiantado da hora e aos compromissos profissionais do dia seguinte, optou por não fazer uma apresentação mais prolongada. ----------

Joana Vilela (PS) – Começou por reconhecer e enaltecer o trabalho realizado pelo executivo ao longo do último trimestre. Destacou a manutenção dos centros de atividades e a reabertura das salas de estudo do Rodrigues de Freitas e da Irene Lisboa, considerando que demonstram o compromisso da Junta no apoio às famílias e às crianças. Referiu ainda as aulas de dança e pilates nos auditórios, que promovem a saúde e o bem-estar, e os passeios organizados para os seniores, proporcionando momentos de convívio e partilha. Na área social, destacou o trabalho da Casa Social, que disponibiliza cerca de quarenta banhos diários a pessoas em situação de sem-abrigo, bem como produtos de higiene e mudas de roupa, graças às doações

recebidas. Elogiou também o empenho do Presidente na defesa do reforço da presença da Polícia de Segurança Pública, considerando a segurança uma prioridade para os moradores. Salientou a importância das atividades culturais, como o teatro ao ar livre e a Gala do Fado, que aproximam as coletividades e celebram a identidade local. Considera que o executivo merece reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em benefício da população. ----------

Miguel Semedo (BE) – Começou por comentar a informação trimestral relativa ao período de 1 de junho a 31 de agosto. Referiu que a listagem das reuniões e eventos continuava pouco informativa, uma vez que, em muitos casos, o resumo do conteúdo se limitava a indicar que a reunião tinha acontecido. Considerou que deveria existir mais informação sobre os assuntos tratados, reconhecendo, contudo, melhorias na análise e contextualização das matérias políticas, sobretudo na área da coesão social. Defendeu que essa análise deveria também comparar os dados com os trimestres anteriores, permitindo perceber melhor as tendências e não apenas as variações de mês para mês. Relativamente à coesão social, destacou os 207 atendimentos e as 65 visitas domiciliárias realizados no trimestre. Chamou a atenção para a problemática habitacional, referindo que o próprio relatório a identificava como o principal fator de vulnerabilidade social, com aumento de situações de despejo, oposição à renovação de contratos de arrendamento, habitações degradadas e dificuldades no acesso aos programas habitacionais públicos. Considerou que existe uma emergência habitacional, que deve ser assumida a nível local, municipal e nacional, defendendo que a Junta deve transmitir à Câmara Municipal e ao Governo os problemas identificados no território. Questionou se os recursos humanos e financeiros da Junta eram suficientes para responder às necessidades existentes, considerando que as 65 visitas domiciliárias realizadas em três meses, correspondentes a aproximadamente uma por dia útil, não sendo suficiente para as necessidades da freguesia. Abordou ainda os dados relativos à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, referindo a existência de cerca de trinta processos relacionados com violência doméstica, correspondentes a aproximadamente 39% do total, e questionou a que período temporal diziam respeito esses números. Quanto à Casa Social, destacou os banhos disponibilizados, referindo cerca de seiscentos banhos mensais e uma utilização diária que podia atingir trinta a quarenta banhos. Observou que outros serviços, como a lavagem e secagem de roupa, os cortes de cabelo e os cuidados de barba, apresentavam uma utilização inferior, questionando se o executivo ponderava alterar a organização dos serviços e a distribuição dos recursos. Solicitou uma reflexão sobre a capacidade de resposta social da Junta e a informação disponibilizada nos relatórios. ----------

Margarida Almeida (CDU) – Começou por concordar com algumas das questões apresentadas pelo Bloco de Esquerda, acrescentando outras que considerou não constarem no documento, nomeadamente a insuficiência de sanitários públicos e a limpeza das ruas. Referiu que, antes das obras realizadas na Praça da República, existiam casas de banho públicas que, entretanto, foram retiradas. Salientou que aquela praça é frequentada por muitas pessoas em situação de sem-abrigo, também pela proximidade do albergue da Rua dos Mártires da Liberdade, considerando existir uma necessidade real e urgente de sanitários públicos naquela zona. Questionou se a Junta tinha conhecimento da eliminação das instalações e se pretendia tomar alguma medida. Acrescentou que a CDU considerava possível construir sanitários sobre o viaduto de Gonçalo Cristóvão, à semelhança do que acontece na Ponte do Infante. De seguida, questionou se a Junta tinha conhecimento da situação da Travessa da Rua Chã, na freguesia da Sé, cujo acesso público seria restringido, passando a ser permitido apenas aos moradores, responsáveis pelos alojamentos locais e hóspedes. Referiu que a Câmara Municipal justificava a medida com problemas de segurança, higiene e utilização indevida do espaço. Disse que

esses problemas existem e são referidos pelos fregueses, mas considerou que fechar a travessa não iria resolver nenhum deles. ----------

Presidente da Junta – Começou por abordar a situação da Travessa da Rua Chã, referindo que já tinha tornado pública a sua posição nas redes sociais e na televisão. Considerou triste e lamentável que se tenham de fechar ruas do Centro Histórico do Porto, mas defendeu que é necessário pensar no melhor para quem lá vive e circula. Questionou se seria preferível continuar a conviver com a toxicodependência, seringas e outras situações de utilização indevida do espaço público. Afirmou que, por ser público, o espaço não pode ser utilizado apenas por alguns, impedindo as famílias de entrar nas suas casas com os filhos em condições de segurança. Referiu que tinha proposto ao Presidente da Câmara Municipal a instalação de uma sala de consumo assistido debaixo do viaduto Duque de Loulé, perto do parque de estacionamento, por considerar tratar-se de um local pouco exposto. Defendeu que, embora o ideal fosse não existir droga, toxicodependência ou tráfico, essa realidade existe e não pode ser eliminada, sendo necessário criar respostas. Acrescentou que, depois de criadas essas respostas, se deve combater a ocupação indevida do espaço público e proteger os moradores, as famílias e as crianças de situações desagradáveis. ----------

Ana Migueis (PS) – Começou por retomar as palavras da Senhora Deputada Joana Vilela sobre as atividades culturais, nomeadamente o teatro e a Gala do Fado. Considerou que estas atividades não são apenas entretenimento, mas momentos de comunhão, manifestando o desejo de ver os membros da Assembleia participarem mais frequentemente para conhecerem o trabalho desenvolvido pelo executivo. Destacou a dedicação dos funcionários da Junta, que permanecem nos eventos, transportam cadeiras, montam e desmontam os equipamentos e realizam diversas tarefas necessárias à sua organização. Referiu ainda que estes momentos permitem o convívio entre fregueses, organizadores, visitantes e turistas, reforçando o sentimento de pertença à comunidade. Concluiu recomendando aos membros da Assembleia uma maior presença nas festas populares, festivais e outras manifestações culturais. ----------

Pedro Videira (PSN) – Começou por referir que a Junta tem promovido várias atividades, mas que, enquanto membro da Assembleia, gostaria de receber convites para participar, uma vez que, muitas vezes, apenas toma conhecimento dos eventos depois de estes terem acontecido. De seguida, questionou qual o ponto de situação dos sanitários públicos da Rua Escura, pretendendo saber como estavam a ser geridos e utilizados e em que condições se encontravam a funcionar. ----------

Presidente da Junta – Respondeu que os eventos são divulgados nas redes sociais e no sítio da Junta, mas que tentaria ter em atenção o envio de convites ao Senhor Deputado. Relativamente aos sanitários da Rua Escura, referiu que, quando chegou à Junta, as instalações estavam fechadas e o local era utilizado para consumo e tráfico de droga, criando problemas para moradores e visitantes. Explicou que, entretanto, foi criada uma associação de moradores, à qual a Câmara Municipal cedeu um espaço, e que essa associação dispõe de uma chave dos sanitários, colaborando na abertura e limpeza das instalações quando os funcionários da Junta não estão disponíveis. Considerou preferível manter os sanitários abertos e limpos do que voltar à situação anterior. Referiu ainda a instalação de um torniquete nos sanitários próximos da Torre dos Clérigos, numa experiência piloto com um custo de cerca de 10.000 euros, tendo sido registadas aproximadamente 27.000 entradas num ano. Explicou que a intenção é permitir a utilização das casas de banho, evitando que as pessoas façam as necessidades na rua, não pretendendo impedir o acesso de quem não possa pagar. Acrescentou que, juridicamente, a Junta não podia contratar uma pessoa apenas para cobrar entradas, mas podia contratar serviços de limpeza. Considerou que os torniquetes permitem

controlar os acessos e, futuramente, contratar uma empresa de limpeza para assegurar o funcionamento aos sábados, domingos e até às 19 horas. Informou que já estava em curso um procedimento para a instalação de mais cinco torniquetes, com apoio financeiro da Câmara Municipal do Porto. Quanto à Rua Escura, reiterou que a associação consegue manter os sanitários limpos, inclusivamente aos fins de semana, evitando situações de tráfico e consumo de droga. ----------

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Começou por acompanhar as preocupações apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pela CDU relativamente à insuficiência de sanitários públicos. Referiu que, além da Praça da República, também tinham existido sanitários no Largo de Mompilher, considerando que atualmente existem poucas instalações públicas deste tipo na cidade. Recordou que o Senhor Presidente da Junta tem lugar, por inerência, na Assembleia Municipal e que lhe compete defender os interesses dos fregueses. Apelou, por isso, a uma intervenção mais enérgica junto da Câmara Municipal, sobretudo quando a Junta não é ouvida nas decisões que afetam o território. ----------

Presidente da Junta – Respondeu que o Livre dispõe de dois ou três deputados na Assembleia Municipal, enquanto ele participa naquele órgão como presidente da Junta, por inerência, representando a União de Freguesias. Considerou que os deputados municipais do Livre também têm condições para defender as questões apresentadas, não devendo atribuir exclusivamente ao presidente da Junta essa responsabilidade. ----------

Pedro Videira (PSN) – Voltou ao assunto dos sanitários da Rua Escura, perguntando se bastaria criar uma associação para que lhe pudesse ser atribuída a gestão de um sanitário público. Questionou se existia algum contrato de cedência ou outro documento que permitisse à associação utilizar e gerir o espaço, pretendendo perceber em que condições tinha sido entregue a chave e quais as responsabilidades assumidas. ----------

Presidente da Junta – Esclareceu que não tinha afirmado que qualquer pessoa pudesse criar uma associação e receber a gestão de um sanitário público. Explicou que a associação apenas tinha a chave para abrir as instalações e colaborar na limpeza, sobretudo quando os funcionários da Junta não estavam disponíveis. Referiu que a associação organiza atividades naquela zona e que a colaboração permite manter os sanitários em funcionamento. Reiterou que, quando chegou à Junta, aquele espaço apresentava graves problemas de consumo e tráfico de droga e que a situação tinha melhorado com a colaboração da associação. ----------

Valentina Almeida (PS) – Começou por agradecer os assuntos apresentados pelos diferentes intervenientes, referindo que tinha tomado nota de algumas questões que iria transmitir ao executivo e ao Senhor Presidente. Considerou que os pontos apresentados não eram, no seu entendimento, situações muito preocupantes e apelou a que todos mantivessem a calma para terminar os trabalhos da Assembleia. ----------

Pedro Videira (PSN) – Disse que compreendia a boa intenção do Senhor Presidente relativamente aos sanitários da Rua Escura, mas considerava que a situação não estava correta do ponto de vista administrativo. Referiu que, segundo tinha sido explicado, a associação possuía a chave e abria ocasionalmente o espaço, questionando se, quando um cidadão pretendesse utilizar os sanitários, poderia ser-lhe cobrado dinheiro por alguém da associação. Considerou que, para existir essa cobrança, seria necessário um contrato de cedência ou outro documento que regulasse a utilização do espaço, o que, segundo afirmou, não existia. Recomendou ao executivo que corrigisse a situação, independentemente de optar por entregar ou não os sanitários à associação, considerando que o funcionamento atual deveria ser regularizado. ----------

Presidente da Junta – Disse que caso fossem pedidos alguns cêntimos aos utilizadores, esse valor serviria para pagar detergentes, papel e outros produtos utilizados pela associação na limpeza dos sanitários. Reiterou que anteriormente o espaço era utilizado para consumo e tráfico de droga e que atualmente se encontra limpo e aberto ao público, sendo muitas vezes assegurado por funcionários da Junta. Referiu que, quando não existem funcionários disponíveis, a associação colabora na abertura e manutenção das instalações. Considerou possível celebrar um contrato de colaboração com a associação, uma vez que a Câmara Municipal já lhe tinha cedido o espaço superior do edifício. Esclareceu que ainda não tinha celebrado esse contrato porque não tinha tomado uma decisão definitiva, admitindo a possibilidade de instalar um torniquete de acesso para resolver a situação. Reafirmou que a prioridade é manter os sanitários limpos e ao serviço de todos, considerando que, apesar das dificuldades jurídicas, não seria desejável voltar à situação anterior. Deu ainda o exemplo de um ceramista em Miragaia que utiliza um espaço municipal mediante o pagamento de uma renda de cerca de 50 euros e aí desenvolve a sua atividade comercial, questionando por que razão seria considerada ilegal a colaboração com a associação. ----------

Presidente da AF – Deu por terminado o ponto 4 e propôs a aprovação de um voto de confiança à Mesa e aos Serviços para a elaboração da minuta da reunião. Submetida a proposta à votação, foi aprovado o voto de confiança. Informou que logo que estivesse pronta, seria enviada aos Srs. Deputados presentes. Declarou encerrada a Sessão. ----------

Edifício Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 25 de setembro, pelas 00,05h ----------

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

Anexo n.º 1
à Ata
22 SET. 2026
Ref 1007/26

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, St. Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Manuel Monteiro

Assunto: Renúncia ao Mandato de Membro da Assembleia de Freguesia

Eu, Ana Sofia Carvalho Santos, portadora do Cartão de Cidadão n.º 13268493-4-ZX2 , residente em Campo Mártires da Pátria n34 2frt 4050-365 Porto, eleita para a Assembleia de Freguesia nas listas do Partido Socialista, venho, por este meio e nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (na sua redação atual), apresentar a **renúncia ao seu mandato** com efeitos imediatos.

Esta decisão fundamenta-se em motivos de indisponibilidade, superveniente de natureza tanto profissional como familiar, que me impedem de continuar a desempenhar as funções do cargo com a dedicação e a assiduidade exigidas.

Agradeço a colaboração de todos os membros deste órgão autárquico durante o período em que exerci funções.

Peço deferimento,
Porto, 15 de Setembro de 2026

A requerente,

A. Santos

Ref 1004/26

22 SET. 2026

PS

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NUNO MAGALHÃES DA SILVA CARDOSO,

Nuno Magalhães da Silva Cardoso nasceu em 31 de outubro de 1961 em Peso da Régua, licenciou-se em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e especializou-se em Ordenamento do Território. Foi assistente da Cadeira de Planeamento de Território nessa faculdade.

Foi convidado em 1990 pelo então presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes como seu Assessor na área de transportes. A Nuno Cardoso deve-se a visão inovadora de mobilidade para a cidade que incluiu a Rede de Metro do Porto.

Em 1996 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração das Águas de Douro e Paiva.

Em 1998 foi-lhe confiada a Vereação do Urbanismo e Planeamento, e em 1999 assumiu a Presidência da Câmara do Porto, ao substituir Fernando Gomes como Presidente do Município até ao ano de 2002.

Deve-se a Nuno Cardoso a renovação da cidade no inicio da década de 2000. Com a Porto 2001- Capital Europeia da Cultura, e o Euro 2004, a cidade transformou-se graças a intervenções urbanísticas e de infraestruturas por ele pensadas e postas em prática.

Em 2013 e 2025 candidatou-se novamente à Presidência da Câmara do Porto, demonstrando a sua visão para a cidade e a sua vontade de participar na reflexão do seu desenvolvimento ainda nos dias de hoje.

Em julho de 2026, recebeu a Medalha de Honra da Cidade, que confirmou a sua lealdade, o seu contributo e a visão de futuro à Cidade do Porto.

Nuno Magalhães da Silva Cardoso merece ser homenageado e lembrado, pelo que neste momento a Assembleia de Freguesia aqui reunida em Secção ordinária a 24 de setembro, manifesta o seu pesar pela sua morte e envia sentidas condolências à família, amigos, e a toda a comunidade e propõe um minuto de silêncio em sua memória.

A Bancada do Partido Socialista

Porto 24 de setembro de 2026

Anexo n.º 3

25 SET. 2026

PAOD - Voto de Pesar - José Viale Moutinho

Faleceu aos 81 anos o jornalista **José Viale Moutinho**, deixando mais pobre a Cultura portuguesa. Nascido no Funchal, foi no Porto e sua região que construiu a sua vida de jornalista, tendo trabalhado durante décadas no Jornal de Notícias e no Diário de Notícias, ambos situados nesta União de Freguesias. Aqui desenvolveu também uma vasta e diversificada obra literária, distinguindo-se nas áreas do romance, do conto, da poesia e do teatro, dispersos por inúmeras publicações.

Foi também investigador e escritor, activista cultural, dirigente associativo, cidadão interveniente na luta contra o fascismo e na defesa dos valores de Abril.

Distinguido com diversos prémios pela sua obra literária, designadamente pela Associação Portuguesa de Escritores, pelo PEN Galiza, Fundação Casa de Mateus, Fundação Inês de Castro e Casa da Imprensa, José Viale Moutinho presidiu à Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, tal como aqueles diários sediada nesta União de Freguesias, entre 1982 e 1998. Foi ainda dirigente da Associação Portuguesa de Escritores, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Círculo de Cultura Teatral.

Entre mais de meia centena de obras publicadas, contam-se livros para crianças, de poesia, de contos, investigações etnográficas, sobre Camilo Castelo Branco e Trindade Coelho, sobre a Guerra de Espanha, muitas dessas obras traduzidas em vários idiomas, entre os quais castelhano, galego, catalão, alemão, russo, esloveno, italiano ou búlgaro, entre outras línguas. Como ficcionista e poeta José Viale Moutinho foi distinguido com diversos prémios e galardões, nomeadamente o Grande Prémio do Conto Camilo Castelo Branco da Associação Portuguesa de Escritores, Grande Prémio de Literatura DST, o Prémio D. Diniz de poesia, o Prémio Rosalia de Castro do Pen Clube da Galiza, o Prémio Inez de Castro da Fundação Inez de Castro, o Prémio Edmundo de Bettencourt de Conto e de Poesia, o Prémio de Reportagem Kopke, Norberto Lopes/Casa da Imprensa de Lisboa, El Adelanto (Salamanca) e o Pedrón de Honra (Santiago de Compostela) entre outros.

Em 2024 o município do Funchal, onde dirigiu o Centro Cultural Anjos Teixeira, atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro.

Era militante do Partido Comunista Português e foi candidato da CDU em diversos actos eleitorais, e ultimamente integrava o Sector Intelectual do Porto do PCP.

A Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em sessão ordinária em 24 de Setembro de 2026, recordando o seu compromisso de sempre com os valores de Abril e a justiça social, o seu sentido de humor e frontalidade, delibera:

1. expressar o seu pesar pelo falecimento de José Viale Moutinho, que é uma perda irreparável para a cultura portuguesa, observando um minuto de silêncio em sua memória;
2. transmitir à família do falecido as suas mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar;

Pel'A CDU,

Margarida Almeida

(Margarida Almeida)

/ CDU: 24 de Setembro de 2026

Anexo nº 4

22 SET. 2026
Ref 1006/26

LIVRE

Assembleia de Freguesia de União de

Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,

Miragaia, São Nicolau e Vitória

Proposta LIVRE nº 15 /2025

Assunto: Constituição de uma Comissão de acompanhamento para a edição de 2027 do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense

Data: 24 de setembro

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

O Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense tem como missão apoiar as associações, coletividades, clubes e instituições similares, não profissionais e sem fins lucrativos.

O Fundo, criado em 2019, radicou os seus objetivos na necessidade de aprofundar modelos de apoio ao associativismo da cidade e incentivar a sua atividades e renovação.

As associações, coletividades, clubes e instituições similares desempenham uma função essencial na nossa União de Freguesias, como espaços privilegiados de sociabilidade, dinamização cultural, recreativa e desportiva, proporcionando um contributo imprescindível para a coesão de uma forma multidimensional.

Que União de Freguesias, tendo em conta a sua valência de capilaridade, está próxima das associações locais, sendo uma entidade privilegiada para concretizar a implementação deste programa de apoio aos seus fregueses, cumprindo em critérios de economia, eficácia e racionalização dos recursos.

Proposta

O partido LIVRE propõem:

A criação uma comissão, de acordo com o previsto no artigo 5º do regimento Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, de forma a acompanhar todo o processo referente à edição de 2027, do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense.

O Partido LIVRE solicita, assim, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a viabilizar o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,

setembro 2026
Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Ref 1005/26
22 SET. 2026
Anexos: 5

LIVRE

Assembleia de Freguesia de União de

Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,

Miragaia, São Nicolau e Vitória

Proposta LIVRE nº16/2025

Assunto: Constituição de uma Comissão de acompanhamento para a edição de 2027 do Orçamento Colaborativo

Data: 24 de setembro

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

O orçamento colaborativo é um instrumento de democracia participativa pelo qual se proporciona aos cidadãos a possibilidade de se apresentarem propostas de investimento, escolhendo os projetos que desejam ver implementados.

Que existe a pretensão de promover um processo, através da participação cidadã, que incentive a cooperação entre o Município, a nossa União de Freguesias e os seus habitantes na procura de soluções que promovam a sustentabilidade, nas dimensões: Ambiental, social e económica. Que o Orçamento Colaborativo pretende reforçar o trabalho capilar e as relações de proximidade com os grupos de cidadãos.

Proposta

O partido LIVRE propõem:

A criação uma comissão, de acordo com o previsto no artigo 5º do regimento Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, de forma a acompanhar todo o processo referente à edição de 2027, do Orçamento Colaborativo.

O Partido LIVRE solicita, assim, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a viabilizar o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,

setembro 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia
da União de Freguesias de Cedofeita, Stº Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

23 SET. 2026
Reg 10008/26
Anexo nº 6

Proposta de Recomendação

Pela Efetiva Salvaguarda do Património Classificado no Centro Histórico

A propósito da demolição do interior do prédio da rua do Loureiro onde funcionou a confeitaria Serrana e na sequência da aprovação em 25 de Junho último do voto de protesto "contra o desrespeito pelas regras de conservação e salvaguarda do património classificado", o Executivo municipal disse desconhecer qualsquer chamadas de atenção quanto às desastrosas intervenções em edifícios que integram o Centro Histórico do Porto.

Contudo, após o pedido formulado pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) em 12 de Julho de 2026 de "esclarecimentos urgentes" sobre várias empreitadas na zona classificada como Património Mundial da Humanidade, o Sr. Presidente da Câmara nomeou no dia 2 de agosto de 2026 um grupo de especialistas com a missão de "salvaguardar o centro histórico".

O invocado desconhecimento de avisos sobre a perda de autenticidade e integridade do Centro Histórico do Porto e a sua colocação em 2019 na lista do património mundial em perigo não abona a favor de quem dirige a cidade, já que foram inúmeros os avisos, advertências e recomendações dos responsáveis do ICOMOS, a ONG presente em 158 países e dedicada à conservação dos sítios do património cultural.

E quanto às medidas a tomar pelo Executivo com base no trabalho produzido pelo grupo de especialistas, para além dos ajustes no funcionamento das diversas entidades que intervêm no património mundial, torna-se necessária a participação dos autarcas e da população do Centro Histórico na definição das politicas para este território, bem como a abordagem e correta decisão sobre temas como o alojamento local, aumento de hotéis e a consequente diminuição de habitação para os residentes, que têm marcado negativamente o Centro Histórico do Porto. Mais de metade dos 10.821 alojamentos locais (AL) do Porto pertence a empresas com diversas atividades económicas. E 70% do AL no Porto situa-se no Centro Histórico.

Pelo exposto, **a Assembleia de Freguesia da UF de Cedofeita, St. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória reunida em sessão ordinária no dia 24 de setembro de 2026, RECOMENDA**:

- Que seja reconstituído um **Departamento Municipal do Centro Histórico**, extinto em 2006, que coordene toda a intervenção dos diversos serviços municipais;

- Que sejam **respeitados pelos decisores políticos as sucessivas recomendações do ICOMOS quanto à salvaguarda do património classificado**, evitando assim a perda de classificação como já aconteceu em 2009 com a cidade de Dresden;

- Que **cessem as intervenções no edificado do Centro Histórico que não cumpram os princípios e orientações técnicas** das Cartas e documentos que regem o património classificado pela UNESCO;

- Que seja **assegurada a participação dos eleitos autárquicos e da população da freguesia** nas decisões sobre o Centro Histórico do Porto como Património Mundial da Humanidade.

- Que seja garantida **habitação pública em regime de renda apoiada aos ex-residentes** que queiram voltar ao Centro Histórico;

Pelo Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia,
Miguel Semedo

(Remeter para conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal do Porto)

Ponto nº 7

23 SET. 2026

Ref 1009/26

PAOD - Proposta de Recomendação

Sobre reuniões da Junta de Freguesia

Por resultarem de um acto eleitoral, os órgãos das Autarquias têm uma legitimidade política e representativa directa, que os distingue dos órgãos administrativos de nomeação ou designação.

Tal implica necessariamente o escrupuloso cumprimento da Lei, em particular o Regime Jurídico das Autarquias Locais, visando evitar danosas consequências financeiras ou de outra índole.

Depois de vários alertas, constata-se ainda assim que nesta data:

- não há qualquer Ata das reuniões da Junta de Freguesia no sítio eletrónico da UF
- ali estão apenas as minutas de ata até à data de 11/5/2026 (minuta nº 19)
- faltam ali, no mínimo, as minutas referentes a 15 reuniões (nºs 13, 17, 18, 20 a 31)

Analisadas as minutas existentes e ainda as que acompanharam documentos apreciados nesta Assembleia, num total de 19, constata-se que

- apesar de já não haver previsão legal que permita a reunião de órgãos por videoconferência, a Junta continua a fazê-lo: em pelo menos 7 reuniões houve membros, incluindo o Presidente, a participar dessa forma, com a agravante de em 3 reuniões estarem fisicamente presentes apenas 3 elementos - menos de metade -, sendo 2 delas públicas
- em outras 2 reuniões públicas houve membros a participar por videoconferência
- as minutas existentes - documentos que devem ser feitos no final de cada reunião e imediatamente assinados - incluem as assinaturas físicas de todos os participantes - mesmo os que não estavam presentes fisicamente, o que não se vislumbra possível
- ao todo, há apenas 5 reuniões em que participaram todos os membros do órgão, sendo que em apenas duas estavam todos presentes fisicamente

A estes factos, que se pensa poderem implicar a eventual anulabilidade de deliberações com todas as implicações daí resultantes, acresce ainda um evidente desrespeito do Regime jurídico das Autarquias Locais que pode implicar a nulidade das deliberações: com efeito, o artigo 50 da Lei 75/2013 prevê expressamente que só é

possível alterar a Ordem do Dia se se tratar de sessão ou reunião ordinária da Assembleia - nas extraordinárias e nas da Junta não é todo possível. E contudo:

- no início de 10 reuniões foram acrescentados um ou mais pontos
- numa delas apenas 3 elementos estavam fisicamente presentes
- apenas em 2 participaram todos os membros, mas fisicamente só numa

Esta é uma situação que deve merecer a preocupação de todos.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em sessão ordinária em 24 de Setembro de 2026, recomenda à Junta de Freguesia que:

1. Se abstenha de continuar a proceder da forma descrita;
2. Solicite com urgência um Parecer Jurídico à CCDR-N sobre a legalidade e consequências dos factos elencados, e indicação de medidas a tomar se se comprovar a irregularidade dos mesmos;
3. Coloque de imediato no sítio eletrónico da autarquia as Minutas e Atas em falta;
4. Forneça aos membros desta Assembleia cópias das minutas, das atas e do pedido à CCDR-N, mesmo que em formato digital;
5. Que após a aprovação de cada Minuta e Ata envie de imediato cópia à Mesa da Assembleia para distribuição pelos membros.

Pel'A CDU,

Margarida Almeida

(Margarida Almeida)

/ CDU: 24 de Setembro de 2026

23 SET. 2026
Ref 1010/26

PAOD - Proposta de Recomendação
sobre a situação da casa onde nasceu Almeida Garrett

Tendo em conta que:

- Em 2025 a Câmara Municipal do Porto aprovou a aquisição parcial, limitada ao piso térreo, de um prédio sito na Rua Dr. Barbosa de Castro nº 37, com uma área de 364 m2 pelo valor de um milhão de euros;

- Que este imóvel é a casa onde nasceu em 1799 Almeida Garrett e que a aquisição desta fração do imóvel foi justificada pela Câmara Municipal com a intenção de aí vir a criar "um núcleo de homenagem à figura de Almeida Garrett aberto ao público";

- o referido imóvel se encontrava devoluto e em avançado estado de degradação, tendo o seu interior sido destruído por um incêndio, ocorrido em 2019, cujas causas nunca foram devidamente apuradas e que esta situação é agravada pela ausência de qualquer proteção nos vãos das janelas dos pisos superiores, permitindo a infiltração das águas pluviais no seu interior;

- Que passado cerca de um ano sobre a aprovação da aquisição da referida fração pelo município se verifica que nada foi feito, até ao momento, para travar o processo de degradação deste imóvel emblemático para a cidade do Porto, transmitindo uma percepção de desprezo pelo património cultural da cidade e por uma das personalidades mais relevantes da cultura portuguesa;

- Que o referido imóvel se situa na nossa União de Freguesias e, naturalmente, esta situação preocupa os moradores da zona, particularmente os da Rua Dr. Barbosa de Castro, uma vez que contribui para a degradação da imagem deste arruamento, assim como para a degradação do espaço público envolvente;

A Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em sessão ordinária em 24 de Setembro de 2026, recomenda à Junta de Freguesia que:

1. Apure junto da Câmara Municipal do Porto que medidas estão a ser tomadas, a curto prazo, para travar o processo de degradação do edifício.

2. Esclareça se a Câmara Municipal já estabeleceu algum entendimento sobre o processo de reabilitação integral do edifício com o proprietário dos pisos superiores do imóvel para que este possa ser reabilitado, condição essencial para a concretização do objetivo inicial da aquisição do piso térreo.

Pel'A CDU,

Margarida Almeida

(Margarida Almeida)

/ CDU: 24 de Setembro de 2026